

COLECÇÃO AUTORES GREGOS E LATINOS
SÉRIE ENSAIOS

Nair Castro Soares
Margarida Miranda
Carlota Miranda Urbano
(Coord.)

HOMO ELOQVENS HOMO POLITICVS

A RETÓRICA E A CONSTRUÇÃO DA
CIDADE NA IDADE MÉDIA
E NO RENASCIMENTO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

RETÓRICA E *RES PUBLICA* NO RENASCIMENTO
DA ELOQUÊNCIA NASCEU A CIDADE

Margarida Miranda

In principio erat sermo...
(Jo.1.1 em trad. de Erasmo)

0. O uso vulgar dado hoje em dia ao termo ‘retórica’ traz ainda consigo uma conotação depreciativa de exercício escolar e formalista. Por detrás desta ideia popular, recorda Paul Oskar Kristeller (1982: 283), está a opinião, que remonta ao romantismo, de que não existem regras válidas para falar ou escrever bem.

Tal opinião não é mais do que reacção pouco racional à autoridade omnipresente dos clássicos e ao processo de codificação retórica que a Europa foi reelaborando durante o Renascimento e o Barroco. Retomo, pois, como Kristeller (1982: 284), os significados originais de retórica, em uso antes do século XIX, de si já dotados, desde a Antiguidade, de vários sentidos, conotações e associações.

“Como teoria do discurso era um instrumento da política e da prática judicial. Como teoria do debate, relaciona-se com a lógica e com a dialéctica. Como uma teoria da composição em prosa, tinha nexos íntimos com a poética e a crítica literária. A retórica incluía a gramática bem como a teoria e a prática da historiografia. Como despertava as paixões e recorria a sentenças morais, relacionava-se com a ética e muitas vezes afirma-se que era uma filosofia. Como programa de instrução avançada, foi durante séculos, rival,

e muitas vezes rival vencedora, da filosofia e das ciências. E mesmo hoje, apesar do romantismo, os seus interesses não se extinguíram, de modo algum (...). Onde desapareceu o nome da retórica, a matéria sobrevive, com outras designações (...).”

Embora não possamos de modo algum aceitar a ideia de que o Humanismo renascentista corresponde a um modo de pensar único, pois trata-se, na verdade, de uma realidade muito ampla e complexa, que conta com demasiados contributos pessoais para que possamos defini-la por um conjunto de ideias comuns, creio, ainda assim, ser possível e desejável, não sem o risco de inevitáveis generalizações, estabelecer algumas características distintivas da retórica tal como a recuperaram os homens do Renascimento, principalmente aquelas que deixam mais evidentes as relações entre a retórica e a vida cívica e política.

Como não podia deixar de ser, todas essas características se congregam em torno da tradição clássica, absorvida agora na sua integralidade (sobretudo após a descoberta de inúmeros manuscritos de obras clássicas) e levada ao maior esplendor.

De entre toda a tradição clássica, o autor cujo pensamento e biografia mais influenciou a retórica do Renascimento foi Cícero. Dele partirei, pois, sumariamente, antes de iniciar o trabalho descritivo que me propus, para concluir, enfim, quanto esta retórica ‘reformada’ foi tributária da obra e do exemplo do orador latino e, ao mesmo tempo, noção operacional de cultura e factor de desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Proponho, assim, um estudo propedêutico que consistirá numa síntese de uma época de ouro para a retórica clássica, como foi a época do Renascimento, na esperança de que ele seja útil, antes de mais, a quem procurar iniciar-se no estudo do humanismo renascentista.

1. No seu tratado *De Inuentione*, Cícero tece o elogio da eloquência e da sua utilidade humana. A eloquência é parte integrante da ciência política (I.6), pois tem por ofício dizer adequadamente para persuadir. Cícero não esquece, porém, que essa arte pode ser um bem ou um mal, por falta de sabedoria (I. 1 e 4). Neste tratado, Cícero manifesta, pois, uma nítida preocupação por que o poder da palavra seja correctamente usado. Ele sabia que a eloquência, assim como podia fundar cidades ou extinguir guerras e firmar alianças, podia de igual modo semear discórdias e provocar grandes calamidades entre os homens (I. 1). A sabedoria sem eloquência de pouco aproveita às cidades, mas a eloquência sem sabedoria prejudica-a; nunca lhe é útil:

sapientiam vero sine eloquentia nimium obesse plerumque, prodesse numquam... “Por isso, aquele que se arma de eloquência, de modo a (...) combater pelos interesses da pátria será um homem utilíssimo, tanto para as suas causas como para as causas públicas, e cidadão amicíssimo (*ibidem*).”

Singular é a narrativa que Cícero faz da origem imaginária da eloquência como um bem (I.2). No livro

I do *De Inuentione*, o jovem Cícero apresenta-nos uma interessante alegoria das origens da vida em sociedade, segundo a qual um homem sábio e eloquente se transformara no fundador do direito e no criador das cidades, capaz de elevar a humanidade dispersa e de converter em civilização a barbárie.

No princípio, o homem vivia entregue à natureza, vagueando pelos campos como os animais, sem conhecer a razão, nem o dever, nem o direito, nem a justiça, sujeito ao erro, à ambição e à ignorância (“cega e temerária dominadora do ânimo”), sem mais recursos que a força do seu própria corpo. Foi então que um certo varão, grande e sábio, se apercebeu de quanta capacidade havia nos homens para coisas maiores, se alguém ousasse ocupar-se deles para os tornar melhores. Logo reuniu num mesmo lugar aqueles que andavam dispersos pelos campos, ocultos nos bosques. E conduzindo a sua razão para cada uma das coisas boas e honestas (*eos in unam quamque rem inducens utilem atque honestam*), graças à razão e ao discurso (*propter rationem et orationem*) esse homem bom e sábio transformou em homens afáveis e brandos (*mites, mansuetos*) aqueles que antes só gritavam com insolência. Assim, o primeiro orador civilizou os seus semelhantes. Assim se estabeleceram as cidades, diz Cícero, assim nasceram a justiça e o direito. Graças à eloquência e à persuasão daqueles valores descobertos pela razão (*ea quae ratione inuenisset*), os homens aprenderam a cultivar a boa fé e a observar a justiça, habituaram-se a obedecer uns aos outros de

livre vontade, e convenceram-se de que valia a pena trabalhar juntos e até dar a vida em favor do bem comum (I.3).

Naquela sociedade primitiva, os costumes fundados na natureza deram enfim lugar aos costumes da vida cívica, regida pela justiça e o direito. Ora, quem se deixaria resignar, sem resistências, ao direito, se da sua própria força lhe vinha muito mais poder? Quem aceitaria ser igualado junto daqueles de quem poderia entre todos distinguir-se? Quem abdicaria espontaneamente dos seus costumes, a não ser movido por um grave discurso, pergunta Cícero? Assim apareceu e se desenvolveu, a eloquência, para se ocupar das grandes causas da paz e da guerra, da justiça e do direito, e de outras causas importantes para o homem.

Mas Cícero não ignorava que a eloquência também podia tornar-se um mal (I.4). Quando alguma conveniência, imitadora perversa da virtude, alcançou sem razão o tesouro do *officium dicendi*, nasceu então a malícia que, apoiada no engenho, aprendeu também a corromper os indivíduos e a perverter as cidades.

Naquele tempo mítico, os homens ignorantes e sem fala não costumavam ocupar-se de assuntos do estado, tal como homens grandes e eloquentes se não ocupavam das causas privadas. As causas mais importantes eram entregues a homens ilustres e as pequenas controvérsias, a homens menos hábeis. Foi então que, homens eloquentes mas incultos começaram a mentir nos seus discursos e os seus superiores eram obrigados a resistir-lhes, para defenderem a verdade.

Aos olhos da multidão, porém, os homens mentirosos pareciam, muitas vezes, superiores aos honestos. Sem estudos condignos, aqueles homens temerários e audazes tornaram-se, então, eloquentes sem sabedoria, mas a multidão considerou-os dignos de dirigirem a república, o que deu origem às maiores calamidades. Foi essa, segundo Cícero, a razão do abandono do estudo da eloquência (o divórcio entre eloquência e sabedoria), com o maior detrimento para a *res publica*.

Protecção da república é, pois, a sabedoria dos eloquentes, cuja autoridade se apoia na suma virtude (I.5). É, portanto, tão necessário estudar a eloquência, quanto é verdade que ela pode ser pervertida pela malícia dos homens (*nihilominus eloquentiae studendum est*).

Cícero apresenta então não só o exemplo de homens que abandonaram o tumulto da vida pública para se dedicarem ao *studium quietum*, mas também o exemplo de outros que colocaram a sua virtude, autoridade e eloquência ao serviço da república. Da eloquência vêm inúmeras vantagens para a república, se ao seu lado estiver aquela que tudo governa (*moderatrix omnium rerum*), a sabedoria. É deste modo que Cícero declara o seu convite explícito ao estudo da eloquência. Na verdade, se os homens estão acima das bestas por terem a capacidade de falar, eleva-se acima dos próprios homens aquele que excede o seu semelhante na capacidade da eloquência.

Para Cícero, é claro que sabedoria e eloquência são inalienáveis e que esta pertence de pleno direito à ciência política e civil, como arte por excelência que

deve acompanhar o homem político romano, em cada momento do seu *cursus honorum*. Não pode ser, pois, reduzida a uma arte da forma, da palavra ou do significante. *Homo eloquens*, *homo politicus*, pois da eloquência nasceu a cidade.

Formuladas de diversos modos, as relações entre a cultura e a actividade cívica estiveram sempre no centro do pensamento de Cícero, desde o discurso que pronunciou em defesa de Árcuias, em que o orador defendia não só a glória do poeta mas também a utilidade da sua própria conduta, ao serviço da *res publica* e dos seus concidadãos. (Narducci: 2009).

Doravante, a retórica teria que superar o divórcio entre o *sapere* e o *dicere*, conciliar a *res* e os *uerba*, depondo a presumível supremacia da dialéctica e da filosofia, mas também a tendência para a sobrevalorização da *elocutio*.

Todavia, essa noção de *sapientia* como noção plena e global exprimir-se-ia com maior esplendor ainda no *De Oratore*, em que Cícero expõe uma visão global da cultura cuja unificação e integração reside na retórica. É então que a retórica alcança o seu triunfo total, ascendendo ao estatuto de arte das artes.

Seria necessário ultrapassar o espírito dialéctico do séc. XIII e o tecnicismo das *artes rhetorices* medievais para voltarmos a encontrar a afirmação teórica e prática do primado da retórica, bem como a aliança entre retórica e sabedoria, como lugar da integração dos saberes. A cultura do Renascimento inaugura efectivamente uma

era de valorização explícita da retórica, da sua finalidade ética e da sua utilidade social.

2. Conhecido, editado, traduzido e comentado como nenhum outro autor clássico, Cícero esteve no centro das atenções e do estudo de milhares de intelectuais, ao longo de diversas gerações (Pereira, 2005: 464-541). Múltiplas razões nos permitiriam, pois, afirmar que os textos de Cícero acima comentados poderiam ser um manifesto teórico do século XVI.

Efectivamente, um dos fenómenos que caracteriza a retórica no Renascimento, além da recuperação de inúmeros textos clássicos, é a reintegração da *res* e dos *uerba*, numa atitude de fervor crescente pela retórica, que a obra de Lawrence Green e James Murphy (2006) torna inegável, ao catalogar, entre os anos 1460-1700, cerca de 4000 títulos de retórica (3842), de 1717 autores diferentes, em 12325 edições, em 310 lugares diferentes, por 3340 impressores, desde a Finlândia até ao México.

A Europa viveu então um período durante o qual muitos milhões de europeus possuíram um conhecimento aprofundado da retórica e fizeram dela um saber operacional. Reis, príncipes, conselheiros políticos, homens de estado e seus secretários; papas, prelados e simples eclesiásticos (regulares e seculares, católicos, protestantes ou calvinistas); professores, juristas e historiadores; filósofos, teólogos e matemáticos; poetas e dramaturgos, mas também físicos, matemáticos e astrónomos percorriam um curriculum escolar que tinha na retórica o coroar dos estudos literários, de

acordo com aquilo a que poderíamos chamar a reforma escolar realizada pelos humanistas, educadores e fundadores de escolas.

Na verdade, embora aquelas mudanças curriculares tivessem também alcançado as Universidades, foi sobretudo com a importância crescente dos colégios que a retórica alcançou um prestígio mais visível, resultado da nova atitude humanística para com a cultura do passado.

A retórica agora ensinada era uma retórica renovada e integral. Pertença dos humanistas, a retórica era o coroar dos *studia humanitatis*, que incluíam também a gramática, a poesia, a história e a filosofia moral. As actividades de retórica incluíam o estudo da literatura antiga que, muitas vezes, consistia em ler, traduzir, interpretar e comentar textos clássicos gregos e latinos. A filosofia, nomeadamente a filosofia moral, era pois legitimamente reclamada como parte da actividade dos humanistas, que se propunham mesmo restaurar o ideal de Cícero e combinar a eloquência com a sabedoria, isto é, a retórica com a filosofia.

Abundante é a produção literária deixada pelos humanistas, nomeadamente cartas e discursos, sem que, ao contrário da retórica da Antiguidade, estes sejam necessariamente políticos. Não sendo predominantes os discursos de carácter político, na vida social renascentista eram inúmeras as ocasiões para proferir discursos: discursos fúnebres e nupciais, orações académicas (no início e no fim do ano académico, no início de um debate público ou no momento de alcançar um grau

académico), discursos de embaixadores e diplomatas, discursos de obediência a papas, reis e príncipes, discursos de recepção a magistrados ou outras personalidades que visitavam a cidade, ou ainda discursos para pronunciar diante de uma assembleia de religiosos. Mas podíamos citar ainda uma abundante literatura poética e epistolar (pública e particular), que hoje constitui uma fonte importante de informação biográfica, histórica, cultural e intelectual, bem como outras obras, de historiografia e de filosofia moral, e ainda diálogos em prosa, sobre filosofia moral, ou sobre política, religião e educação. Estas obras, tão ecléticas como as de Cícero, seu mestre, eram lidas não apenas pelo seu conteúdo mas pela sua elegância formal e hoje em dia só podem ser inteiramente entendidas por referência às fontes clássicas, que os respectivos autores elegiam conscientemente.

Os manuais de retórica, por sua vez, procuram retomar e organizar toda a tradição clássica, numa atitude cada vez mais globalizante, de quem encara a retórica não já como uma técnica especializada e formalista, mas como uma unidade. Sem prejuízo do primado de Cícero, a tratadística retórica renascentista é essencialmente eclética. Os textos renascentistas de retórica ensinam não só Cícero, mas também Aristóteles, Quintiliano, Hermógenes. Aliás, o estudo da retórica implicava agora, como acima disse, o estudo crítico da literatura, da história e do pensamento romano, o conhecimento dos autores pagãos, gregos e romanos, na sua língua original. Com graus diferentes de abertura aos textos clássicos pagãos, Erasmo e John Colet, J.

Luís Vives e João Sturm são alguns nomes de grandes educadores e fundadores de escolas que, também fora da Itália, operaram uma verdadeira reforma escolar humanística, à qual deu continuidade, sobretudo na Europa católica, a Companhia de Jesus, com a sua vasta rede internacional de colégios.

Assim nasceram novas escolas que se foram tornando modelos de muitas outras e cuja finalidade principal era dotar os alunos da maior fluência verbal, no latim falado e escrito.

A retórica alcança então um prestígio jamais alcançado. Os humanistas de quinhentos restauram fielmente o primado que o *De Oratore* de Cícero reconhecia à arte da palavra, considerada na totalidade das suas diversas partes.¹

Vale a pena recordar, no entanto, que este desejo de recuperar a dignidade de uma língua elegante e literária não era movido por superficiais razões de estética, mas antes por razões superiores de clareza, compreensão e eficácia. Essa é, sem dúvida, outra característica distintiva da descoberta da retórica no Renascimento: a descoberta simultânea da sua importância social, do seu papel fundamental na vida activa, do seu carácter prático. A retórica existe em função dos vínculos do

¹ Nem toda a tratadística renascentista, porém, é efectivamente adversa da dialéctica, e defensora do primado da retórica. Haja em vista a influência de autores como Rodolfo Agrícola (*De Inventione Dialectica*) 1443-85, e Petrus Ramus (*Aristotelicae Animaduersiones*) 1515-72, junto de quem uma lógica 'reformada' como que conservava ainda os seus direitos, em prejuízo do Humanismo literário.

indivíduo com a sociedade humana, tal como Cícero os descrevera no *De Officiis* (I.7.22).

A retórica do Renascimento afirma-se e desenvolve-se, pois, como um saber ao serviço do bem comum (da cidade, da pátria, da família, dos amigos). E essa ideia aplica-se tanto à oratória sacra como à oratória profana. Em tempos de Reforma e Contra-Reforma, quer o apóstolo (pregador), quer o homem político, aprendem a fazer da retórica o seu instrumento de combate, certos, como Cícero (*Brut.* 73.256-257; *De Orat.* I. 2. 7), da superioridade do orador sobre o general, no serviço pelo bem comum. É aliás um fenómeno característico do século XVI, mas cujas origens remontam ao século precedente. A partir da segunda metade do séc. XV, cresceu o número de religiosos com formação humanística, os quais naturalmente transpunham para a sua pregação os modelos da eloquência pagã e humanística. É nessa produção literária que encontramos, de modo mais evidente e duradouro, os laços entre retórica e persuasão, que entre nós haveriam de ser solidamente exemplificados pela oratória do Padre António Vieira. Efectivamente, nos *studia humanitatis* da tradição escolar jesuítica, a oratória mereceu sempre um lugar de maior prestígio, em detrimento da poética, que a retórica não excluía mas como que mantinha em lugar secundário, ao serviço da maior eloquência (*Ratio* XVI.1).

Da *utilitas* da retórica e do seu carácter prático, resulta ainda outro aspecto distintivo da retórica no

Renascimento: a sua finalidade ética. Na verdade, os teorizadores deste período, mais uma vez em reminiscência do pensamento de Cícero, tendem a justificar a retórica pela necessidade de tornar melhores os seus concidadãos. Para estes humanistas, que faziam da retórica o centro da sua própria obra, a eloquência era tão ‘natural’ como social. Defensores mais acesos da retórica chegavam a escrever sobre a futilidade do silêncio, como Enea Sívio Piccolomini (Vickers, 1994:352) e a desaprovar formas de vida mais solitária, que achavam mais condicentes com um estilo de vida bárbara, inútil e estéril. Alguns humanistas denunciaram mesmo a vida monástica e contemplativa, não só por, a seus olhos, trair o ideal cristão de *caritas*, como ainda por negar radicalmente a natureza humana, a tal ponto consideravam a eloquência uma qualidade intrínseca da humanidade. Para esses, o homem solitário era pouco mais que besta. Stefano Guazzo, autor de *La Civil Conversazione* (Brescia, 1574), obra que conheceu um enorme êxito, e Alexandre Piccolomini (1508-1579), filósofo e retórico, apresentavam o homem como animal civil e comunicativo. Aquele que se excluísse das relações humanas e se refugiasse nos montes e nos bosques, em breve acabaria por se tornar mais besta do que homem.

Em contrapartida, a todos era evidente o êxito da retórica na vida activa. Na cultura inaugurada pelo Renascimento, tal como o fundador mítico da cidade descrito no *De Inuentione*, assim o novo herói era justamente o orador capaz de elevar os seus concidadãos, o orador cujas palavras ou discursos podiam ser “mais

preciosos (...) que mil cavaleiros do exército”, escreveu Giangaleazzo Visconti (Vickers, 1994: 354). Aliás, o modelo de herói incontestado era agora Cícero. Por todos considerado herói do humanismo cívico, Cícero unia a eloquência e sabedoria à própria acção política (como demonstrava a sua obra e a sua biografia) e isso fazia dele modelo a imitar pelas gerações de humanistas.²

A finalidade ética da eloquência concebida no Renascimento é sugestivamente descrita por Poliziano, quando afirma que a eloquência é o único meio de penetrar na mente dos homens, sem violência, e de os levar a perseguir fins universalmente válidos (Garin, 1973: 121). Mas Vickers (1994: 350-355) cita ainda muitos outros humanistas que deram testemunho da sua convicção no poder da palavra e sublinharam a utilidade prática da retórica, não num sentido utilitarista ou pragmático, mas no sentido de serviço maior ao bem comum, e portanto à vida pública – uma posição que ecoa, mais uma vez, a narrativa mítica ciceroniana das origens da vida cívica e da eloquência.

3. Donde deriva, porém, a eficácia da retórica, podemos perguntar-nos. Responde Vickers que, para quem lê os clássicos, a eficácia da retórica resulta simplesmente do poder que exerce sobre as paixões. As paixões foram objecto de estudo particular da parte de variadíssimos textos de retórica clássica, de Aristóteles

² A expressão ‘humanismo cívico’ descreve essencialmente o cidadão instruído que, nos princípios do séc. XV, era o ideal de repúblicas como Florença.

(*Ret.* II), Cícero (*De Orat.*, II, 44, 188-191), Quintiliano (VI, 2, 20-36). Mas a retórica renascentista conferiu-lhe uma importância acrescida, reforçando a convicção de que o veículo da persuasão é o *affectus*, isto é, a fonte dos afectos, as paixões. Transpunha-se assim para o campo da retórica o novo relevo que, na psicologia, alcançara a ideia de vontade humana como fonte da liberdade e da responsabilidade³. Uma e outra razão conferiram então ao *mouere* da retórica renascentista uma valorização crescente. O *mouere* seria em breve elevado a função primeira da retórica: dirigir a vontade dos homens para fins nobres. E o que era válido para a oratória era-o também para a poética. Lida e analisada a poesia segundo os processos retóricos da *inuentio*, da *dispositio* e da *elocutio*, disso resultava que a maior glória do poeta era justamente a capacidade de suscitar as paixões.

Assim, ao procurarmos sintetizar os aspectos essenciais da retórica no renascimento, não podemos deixar de salientar as mudanças operadas entre a segunda metade do séc. XVI e a segunda metade do séc. XVII. Na verdade, o relevo crescente do papel das paixões na persuasão levou ao estabelecimento de uma

³ Vickers (1994: 355 ss) cita diversos autores humanistas (Petrarca, Salutati, Alberti, Vives) que representam, para nós, a expressão da nova psicologia voluntarista, que então se afirmava, e que explicava, em parte, a crença na educação para modelar a personalidade humana e desenvolver a autodeterminação. Para Salutati, por exemplo, era fundamental o primado da vontade sobre a inteligência, pois é o acto livre da vontade que torna o homem livre. “Objecto da vontade é o bem; objecto da inteligência é a verdade. No entanto, é preferível desejar o bem a conhecer a verdade” escrevera também Petrarca.

nova hierarquia de valores no seio da retórica. Entre os três fins primordiais (*docere, mouere, delectare*), o *mouere* ganhou a primazia. Por outro lado, entre as cinco partes da retórica (*inuentio, dispositio, elocutio, memoria e actio*) o interesse pela *elocutio* começou a ganhar a maior das atenções. Assim se teria desvanecido o equilíbrio ideal entre as diversas partes constitutivas da retórica.

Uma e outra mudança, porém, estavam intimamente ligadas entre si, já que era em busca da maior persuasão que a *elocutio* desenvolvia novos e mais abundantes recursos expressivos, ascendendo, por fim, ao estatuto superior. Para muitos humanistas, como aliás para Quintiliano (VIII, 15-16), a *elocutio* era a parte mais difícil da retórica e no entanto a mais importante, sem a qual a oratória seria semelhante a uma “espada embainhada”, isto é, uma espada sem eficácia combativa.

Além disso, a supremacia do *mouere* verificava-se tanto na oratória sacra como na profana. Se à luz dos dados históricos, o fenómeno da maior relevância da *elocutio* e do *mouere* é visto como uma ‘perda’, tal fenómeno deve antes ser entendido como o resultado da adaptação da disciplina às novas exigências e necessidades, ou seja, como resultado da anterior concepção da utilidade social da retórica, que distingue precisamente retórica renascentista da clássica e medieval.

A supremacia da *elocutio* fez com que, segundo Vickers (1994: 361), os elencos de figuras retóricas desta época pudessem ir de 200 a 5000. Era segundo essa *forma mentis* que os humanistas pensavam a retórica.

Para quem aprendia ou ensinava, no entanto, a retórica não era simples ornamento fútil e superficial; era, pelo contrário, a expressão perfeita das próprias ideias - por parte de quem acreditava vivamente no poder eficaz da palavra, se usada de acordo com regras. Mais do que elaboração formal, a retórica era a comunicação perfeita - por parte de quem acreditava na natureza social do homem, na centralidade da linguagem para as relações sociais e na capacidade do orador para influenciar as pessoas, graças à sua dedicação à verdade e à virtude. O primado da *elocutio* era assim o reflexo de uma visão da *elocutio* ao serviço dos mais nobres ideais humanos; e o primado das figuras, o melhor modo de realizar a *elocutio*. Mover os afectos e a vontade por meio da linguagem (persuadir) tornou-se propriedade fundamental de toda a literatura.

Naturalmente, a esse fenómeno não ficaram alheios os actores principais da Reforma. Na Europa protestante, os exercícios de retórica faziam parte dos principais deveres dos pregadores (no séc. XVI, na Alemanha, tais exercícios constituíam mesmo um dos requisitos fundamentais de preparação para o sacerdócio). Na Europa da Reforma Católica, por seu lado, o ensino da Companhia de Jesus, uma ordem de padres humanistas, fez também da retórica elemento fundamental da formação, não só do pregador como também do cidadão comum - chamado a ser homem de bem, consciente dos seus deveres sociais. Também neste caso, o ideal ciceroniano do orador sábio e virtuoso se espelhava no ideal educativo da Companhia,

concretizado agora no binómio inseparável de ‘letras e virtude’. E durante cerca de dois séculos, dos numerosos colégios da Companhia de Jesus saíram gerações de homens (filósofos, pregadores, missionários, teólogos, magistrados, médicos, juristas, políticos, altas dignidades eclesiásticas e civis, e ainda artistas, músicos, historiógrafos, físicos, matemáticos, astrónomos e todo o género de cientistas) senhores exímios da palavra, conhecedores da melhor doutrina retórica e dos seus modelos clássicos, preparados para usar a linguagem segundo as regras da eficácia. Esse domínio da palavra verificou-se não apenas no campo da linguagem literária e filosófica, mas também no campo do discurso científico⁴, ao qual a influência da retórica também se havia estendido, comprovando mais uma vez a sua utilidade prática na vida social.

Não há dúvida de que o Humanismo influenciou profundamente os princípios adoptados pela tradição escolar jesuítica, desde o primeiro colégio fundado em Messina em 1548. A retórica, disciplina central cultivada pelo movimento, era, por definição a arte da persuasão. Envolvia não apenas o intelecto mas também a imaginação e as emoções. Por isso, a Companhia de Jesus não lhe podia ficar alheia, nem presa nas malhas seculares da dialéctica, peça central no sistema escolástico tradicional. Para isso, o orador/pregador formado

⁴ Vickers (1994: 370 e 1983) recorda o exemplo de Galileu, que se serviu da retórica epidíctica para defender o seu sistema do mundo e refutar as doutrinas aristotélicas. Na Universidade de Tubingen, por exemplo, os manuais de retórica de Melanchton constituíam os livros de estudo do primeiro ano de astronomia.

pelos jesuítas dispunha de dois tesouros simultâneos, o tesouro da eloquência sagrada e ao mesmo tempo o conhecimento erudito e crítico sobre o humanismo profano, dois instrumentos com os quais pretendia renovar a piedade e os costumes.

Os Jesuítas perceberam, tal como os primeiros humanistas, que o novo estilo, que a retórica ajudava a cultivar, persuadia! O bom estilo literário (vs estilo bárbaro) permitia ir mais além do assentimento intelectual da parte do público e transferir a verdade para um modo pessoal e assimilado de sentir, pensar e agir. Embora possamos pensar que uma mudança no estilo não seria mais do que uma mudança superficial, ela correspondia, na verdade, a uma mudança operada no modo de apreender e de conceptualizar a realidade e, portanto, a uma nova *forma mentis*.

Para os colégios, o cânone dos autores clássicos, tal como a *Ratio Studiorum* veio mais tarde a estabelecer, ao fim de cerca de meio século de experiência escolar, era justificado com o argumento tradicional de que os clássicos constituíam os ‘despojos do Egipto’ (*Constituições* [359.1]; Fumaroli 1994: 286). Mas a principal razão para esta relação intrínseca entre os clássicos e o cristianismo no *curriculum* escolar jesuítico era, além do seu conteúdo ético, a convicção clara da necessidade de cultivar um estilo agradável e persuasivo para o exercício do ministério da Palavra, que a Companhia assumira de modo particular no ensino e na pregação, junto de uma Europa mergulhada na maior controvérsia religiosa de sempre.

BIBLIOGRAFIA

- Código Pedagógico dos Jesuítas. Ratio Studiorum da Companhia de Jesus – Regime escolar e Curriculum de estudos.* Edição bilingue latim-português. Introdução e versão portuguesa de Margarida MIRANDA. Lisboa, Esfera do Caos, 2009 (= Ratio).
- Constitutiones Societatis Iesu a Congregatione Generali XXXIV annotatae et Normae Complementariae ab eadem Congregatione approbatae.* Roma, 1995. Edição Portuguesa: Constituições da Companhia de Jesus. Braga: Livraria A. I., 1997 (= Const.)
- FUMAROLI, Marc (1994), *L'Âge de l'éloquence. Rhétorique et «res literaria» de la Renaissance au seuil de l'époque classique.* Paris : Albin Michel.
- GARIN, E. (1973), “Discussioni sulla retorica” in E. Garin, *Medioevo e Rinascimento*, Bari: Laterza.
- GREEN, Lawrence D., MURPHY, James (2006), *Renaissance Rhetoric. A Short-Title Catalogue 1460-1700*, Ashgate: New York.
- KRISTELLER, Paul Oskar (1982), *El pensamiento renacentista y sus fuentes.* México: Fondo de Cultura Económica.
- NARDUCCI, Emanuele (2009), *Cicerone. La parola e la politica.* Bari: Laterza.
- O'MALLEY, John W. (1993), *The first Jesuits.* Harvard University Press, Cambridge.

- PEREIRA, Belmiro Fernandes (2005), *Retórica e eloquência em Portugal na época do Renascimento*. Coimbra: Faculdade de Letras.
- VICKERS, B. (1983), “Epideictic Rhetoric in Galileo’s «Dialogo»”, *Annali dell’istituto e Museo di Storia della Scienza di Firenze*, 8: 69-102.
- VICKERS, Brian (1994), *Storia della Retórica*, Bologna: Il Mulino.